



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ATA DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.

Às 19h25min do dia 27/10/14, no Plenário Amyntas de Barros, sob a presidência do vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares e com a presença dos vereadores Coronel Piccinini, Adriano Ventura e Gilson Reis, reuniu-se, em caráter extraordinário, a Comissão de Orçamento e Finanças Públicas da Câmara Municipal de Belo Horizonte - CMBH. Havendo quórum, o presidente declarou abertos os trabalhos, para realização de Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 58/14, de autoria do vereador Jorge Santos, com a finalidade de discutir o projeto de lei que “dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei do Orçamento Anual - LOA - de 2015 e dá outras providências”, de autoria do Executivo. Registrou-se a presença dos vereadores Wellington Magalhães, Orlei, Preto e Pedro Patrus. O presidente convidou para compor a mesa: 1) o secretário municipal de Planejamento, Orçamento e Informação, Thiago Alexander Costa Greco; 2) o secretário adjunto de Orçamento, Bruno Passeli; 3) o secretário municipal de Finanças, Marcelo Piancastelli. Thiago Greco comentou que se inicia um ciclo de debates sobre a proposta orçamentária para 2015. Segundo ele, como esta reunião, que vai discutir a LOA/2015, ocorrerão mais duas sessões de debates sobre o Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - 2014/2017, nos dias 30/10 e 3/11/14. Em relação à LOA/2015, destacou que a previsão é de que o orçamento para o próximo ano seja de R\$11,7 bilhões, o que, segundo ele, representa um crescimento de 2,47% da receita total em comparação com 2014. Ressaltou que, consideradas apenas as receitas correntes, a previsão é de que haja um aumento de cerca de 6% em relação a este ano. Observou que um

A handwritten signature in black ink, appearing to be the name of the official responsible for the document.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

dos destaques do Executivo, no que tange às despesas para 2015, é o incremento de cerca de R\$200 milhões na área da Saúde em comparação com o ano de 2014. Marcelo Piancastelli afirmou que a discussão do orçamento anual é o cerne do processo democrático. Externou o conteúdo e as premissas do orçamento. Disse que a estimativa de receitas para 2015 é baseada nos índices de crescimento econômico do País e nos índices inflacionários indicados na LDO/2015 (5% inflação e 3% PIB). Afirmou que essa estimativa considera esforços de combate à sonegação fiscal e à redução do estoque da dívida ativa. Observou que outra premissa é a previsão, no Orçamento da União, de continuidade dos repasses aos Estados e Municípios para novos investimentos e garantia de continuidade de projetos em andamento. Outro ponto, segundo ele, é a venda de imóveis e terrenos do patrimônio municipal, por meio de autorizações a serem apreciadas pela CMBH. Destacou a importância dos recursos de operações de crédito, já aprovadas pelo Legislativo, para financiamento de investimentos. Informou que a estimativa para 2015 de receitas correntes, que se divide em recursos ordinários e recursos vinculados, é de cerca de R\$9,3 milhões. Disse que as receitas de capital, que incluem operação de crédito, alienação de bens, transferência de capital e outras receitas de capital, estão previstas em cerca de R\$2,1 milhões. Esclareceu que a receita intraorçamentária, que inclui receita de contribuição, receita patrimonial, receita de serviços e aporte de capital de empresas, está prevista em cerca de R\$670 mil. Fez o detalhamento da receita corrente líquida, citando as categorias econômicas (impostos, taxas, contribuição de melhorias, etc.) e suas respectivas receitas estimadas. Bruno Passeli fez uma síntese dos orçamentos das empresas Prodabel, Urbel, Belotur e BHTrans. Ressaltou que as receitas correntes para essas empresas totalizam cerca de R\$34,4 milhões e as receitas intraorçamentárias de capital, cerca de R\$2,9 milhões. Em relação aos orçamentos das

A handwritten signature in black ink, located at the bottom right of the page.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

autarquias e fundações, como a FMC, HOB, Fundação Zoo-botânica, Fundação Parques, Sudecap e SLU, Marcelo Piancastelli esclareceu que as receitas correntes totalizam cerca de R\$35,5 milhões e a receita intraorçamentária corrente, cerca de R\$271,6 milhões. Em relação à renúncia de receita, observou que toda a estrutura fiscal de gestão contempla isenções (IPTU e ITBI), remissões, desconto antecipado de pagamento de IPTU e incentivo cultural. Frisou que o total geral da renúncia fiscal é de R\$81.050.000,00. Bruno Passeli falou sobre as despesas de orçamento para 2015. Detalhou os projetos sustentadores por área de resultados. Entre essas áreas, citou Cidade Saudável, Cidade Sustentável, Cidade com Mobilidade, Educação, Cidade com Todas as Vilas Vivas, Cidade de Todos, Prosperidade, Modernidade, Cultura, Cidade Segura, Integração Metropolitana e Cidade Compartilhada. Salientou que a carteira prevista para esses projetos sustentadores é de cerca de R\$4 bilhões. Apresentou as despesas por função de governo. Para a educação, disse que estão previstos R\$1,97 bilhão em 2015, o que corresponde a um aumento de 3,7% em relação aos investimentos de 2014. Para as áreas de Educação, Saúde e Saneamento Básico disse que, somadas, deverão comprometer cerca de 60% do orçamento previsto pela PBH para 2015. Só para a Saúde, frisou ele, serão 31% do orçamento total da capital. Disse que algumas áreas tiveram redução de investimentos em relação a 2014, como a Cultura, o Urbanismo, a Habitação, a Gestão Ambiental, o Transporte e o Desporto e Lazer. Em relação ao Transporte, disse que haverá redução de cerca de 25% nos gastos em relação a 2014. Segundo ele, isso se deve à entrega, neste ano, da maior parte das obras viárias previstas, como o BRT. Thiago Greco ressaltou que no próximo ano haverá menos obras viárias do que neste ano e, por isso, haverá menos operações de crédito especificamente nessa área. Bruno Passeli informou sobre as fontes de recursos, os grupos de despesas por fonte de recursos e as despesas por categoria econômica e grupo de

A handwritten signature in black ink, appearing to be the name 'Thiago Greco'.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

despesa. Disse que esses quadros foram criados para dar maior transparência, conforme fora solicitado em outras reuniões. Em relação às obras para 2015, para as áreas de Saneamento, Urbanismo, Habitação, Educação, Saúde, Gestão Ambiental, Transporte e outras, disse que há previsão de uma carteira de cerca de R\$2,1 bilhões. Citou a despesa fixada para 2015 por área de abrangência (Barreiro, Centro-Sul, Leste, Nordeste, Noroeste, Norte, Oeste, Pampulha e Venda Nova). Observou que a participação global da despesa de pessoal em relação à receita total do Município será, de acordo com a previsão da PBH, de 35% em 2015, frente aos 32% gastos em 2014. Informou que há uma receita corrente líquida estimada para pessoal de cerca de R\$8,7 bilhões. Destacou que os valores se mantêm dentro dos percentuais estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Informou que a aplicação de recursos na Educação corresponde a 30,28% do orçamento e na Saúde, a 20,83%. Em relação ao Orçamento da Criança e do Adolescente - OCA - para 2015, disse que houve um aumento do percentual de cerca de 1,3% em comparação com 2014. Frisou que também houve um crescimento absoluto em percentual do orçamento temático do idoso. Falou sobre as principais metas físicas para 2015, por área de resultado. Segundo ele, em relação à Cultura, os equipamentos a serem implantados são: Espaço Cênico Alípio de Melo, Centro Cultural Bairro das Indústrias e Cinemis Santa Tereza. Disse que serão realizados eventos como: Festival Internacional de Quadrinhos de BH-FIQ, Virada Cultura e Festival de Arte Negra - FAN. No Cidade de Todos, ressaltou que as principais metas/resultados são: total de 34 Núcleos BH Cidadania; Programa Família Cidadã - BH sem Miséria: atendimento a 750 famílias); Centro de Referência da Pessoa Idosa: 20 mil atendimentos; Serviço de Proteção e Atendimento Integral a 170 mil famílias; Combate ao Trabalho Infantil: atendimento a 612 crianças e adolescentes; Grupo de Convivência para Idosos: atendimento a 6 mil idosos; implantação do Centro de Referência da

A handwritten signature in black ink, appearing to be the name 'A. D.' or similar, located at the bottom right of the page.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Juventude; Programa de Intermediação de Mão de Obra para Pessoa com Deficiência - Prometi: 3.200 vagas; implantação de dois Centros de Referência Especializado de Assistência Social - Creas Móvel; restaurantes e refeitórios populares: 3.500.000 refeições; Academias a Céu Aberto: total de 380; Programa Segundo Tempo e Recreio nas Férias: atendimento a 20.000 alunos; Programa Vida Ativa: 5.000 idosos participantes; Projeto Caminhar / BH Cidadania: 39.500 atendimentos. No programa Cidade Compartilhada, disse que as principais metas/resultados são: realização do OP Digital/2015; implantação do Orçamento Participativo da Criança e do Adolescente - OPCA - nas escolas municipais; implantação do Sistema de Gestão Compartilhada. Na Educação, ressaltou que as principais metas/resultados são: formação de 4.680 professores da educação infantil; administração do ensino fundamental: 151 mil alunos matriculados; administração da educação infantil: 42 mil alunos matriculados; creches conveniadas: 23 mil alunos beneficiados; transporte escolar: 6 mil alunos beneficiados, mais 587 alunos com deficiência no transporte acessível; expansão de unidades municipais de educação infantil - via Parceria Público-Privada: 25 Umeis; atendimento do Programa Escola Integrada: 65 mil vagas; Programa Escola Aberta: 1 milhão e 600 mil participações; Programa Escola nas Férias: 95 mil participações; Programa Saúde na Escola: atendimento a 98 mil alunos. Saliou que as principais metas/resultados do Cidade Saudável são: ações de vigilância da Dengue: realização de 3 milhões e 700 mil vistorias; rede de urgência do SUS-BH: 1 milhão de atendimentos; atenção primária à Saúde do SUS-BH: 2,5 milhões de consultas; rede hospitalar do SUS-BH: 222.000 internações; entrega do Hospital Metropolitano; 78 Academias da Cidade em funcionamento; ampliação de mais 1 Creab - Centro de Referência em Reabilitação; ampliação de 6 UPAs - Unidades de Pronto Atendimento; implantação de novos Centros de Referência em Saúde Mental - álcool e



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

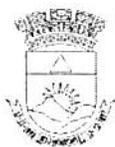
drogas - Cersam-AD: 1 para Adultos e 1 para Adolescentes. No Cidade Sustentável, destacou: Programa BH Mais Verde - plantio de 2.000 árvores; Programa Operação Oxigênio: 7.000 diligências; cobertura dos serviços de limpeza de vias em áreas urbanas: 700 mil km; coleta de resíduos sólidos: 700 mil toneladas. No Cidade com Mobilidade, frisou que houve início da implantação de corredor rápido de ônibus na Avenida Amazonas. No Cidade com todas as Vilas Vivas, informou que as principais metas/resultados são: Programa Bolsa Moradia: 3.232 famílias beneficiadas (Áreas de Risco, Vila Viva, etc.); implantação do Vila Viva - Morro das Pedras, Taquaril, Califórnia, Pedreira Prado Lopes, Cemig/Alto das Antenas, Serra, São Tomás/Aeroporto, Santa Lúcia, Várzea da Palma; regularização de 7.240 moradias implantadas pela PBH; titulação de 1.521 moradias implantadas pela PBH; produção de 1.125 unidades habitacionais - reassentamento. Com a palavra, o vereador Gilson Reis afirmou que, dos mais de R\$11 bilhões previstos para serem executados em 2014, menos da metade havia sido efetivamente gasta até o final de agosto, o que, segundo ele, leva a crer que, até o final deste ano, boa parte do orçamento previsto terá sido contingenciada. Em relação ao ano de 2015, disse acreditar que a receita apresentada pela PBH está superestimada, o que, segundo ele, vai implicar em investimentos inferiores àqueles previstos na LOA e no descumprimento de programas e metas com os quais o Executivo se comprometeu. Considerou tal fato uma ineficiência muito grande por parte da administração financeira. Questionou como é possível trabalhar com uma peça orçamentária fictícia, longe da realidade. Defendeu o retorno à discussão do pacto federativo. Criticou a venda de patrimônio público com intuito de se fazer receita. Disse que a PBH precisa refletir se a prioridade são as pessoas ou as empresas. O vereador Adriano Ventura elogiou a apresentação do orçamento para 2015, em especial por ser possível visualizá-lo por regional. Disse considerar também que as receitas previstas pela



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Prefeitura para 2015 estão superestimadas. Salientou que a PBH já está contando com o aumento da alíquota do ISSQN, que sequer foi votado pela Câmara e é questionado na Justiça. Frisou ser contrário ao aumento. Defendeu a redução dos gastos com a máquina pública. Considerou altíssima a despesa com a administração direta. Questionou a origem da verba destinada à BH Ativos. O vereador Wellington Magalhães criticou a postura do vereador Gilson Reis, que, segundo ele, fez diversos questionamentos e, em seguida, retirou-se da reunião sem dar oportunidade para que os convidados respondessem. Afirmou que o governo municipal tem sido transparente. O vereador Preto disse que a oposição faz o seu trabalho, mas que, às vezes, joga ao vento palavras que não condizem com a realidade. Para ele, não é um orçamento fictício e vai ser discutido amplamente nesta Casa. Foi passada a palavra ao público para seus questionamentos. A assistente social Mávia citou que, na ação nº 2.647, subação 02, percebeu que há uma meta de 300 vagas. No PPAG, disse ela, para esse mesmo programa, na mesma ação, estava previsto um número de 400. Perguntou por que não houve o aumento. Em relação à Cidade Saudável, perguntou se há previsão na LOA/2015 de criação de um Centro de Referência em Saúde Mental Infanto-Juvenil - Cersami - e onde será implantado. O gerente administrativo financeiro da Assistência Social, Afonso Nunes da Cruz Neto, explicou que as vagas destinadas àquela ação foram compensadas por meio de um estágio. Mávia afirmou que as vagas não foram compensadas, pois, segundo ela, trata-se de dois públicos distintos. Afonso Nunes observou que parte do público ao qual são destinadas essas vagas também está cursando o ensino médio. Com a palavra, o secretário municipal de Saúde, Fabiano Pimenta, comentou que as prioridades na área são o reforço e a implementação de mais equipes do Programa Saúde da Família, principalmente nas regiões em que há crescimento populacional, devido a movimentos migratórios internos em Belo

A handwritten signature in black ink, appearing to be the name 'Fabiano Pimenta'.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Horizonte, e a ativação do Hospital Metropolitano Célio de Castro (Hospital do Barreiro). Bruno Passeli frisou que não acredita estar o orçamento superestimado, pois, segundo ele, houve um crescimento da receita total em relação a 2014 de apenas 2,47%. Explicou que o cenário de construção do PPAG é diferente. Comentou que as estimativas são suportadas por estimativas do Banco Central, conforme o crescimento do Produto Interno Bruto. Afirmou que a PBH não recebeu transferências do governo federal e que não houve redução de investimentos na área social. Thiago Greco disse que a operação de crédito com o Banco do Brasil não saiu esse ano. Segundo ele, a previsão para o próximo ano é de R\$102 milhões em recursos próprios da PBH. O diretor do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Belo Horizonte, Carlos Apolinário, perguntou se há previsão de reajuste para os servidores públicos municipais. Thiago Greco disse que há o compromisso do Executivo com a recomposição da perda inflacionária. Lembrou que o Executivo pretende “focar nos planos de carreira de todos os servidores públicos municipais”. Por sugestão do vereador Adriano Ventura, a coordenadora da Associação dos Povos Indígenas de Belo Horizonte e Região Metropolitana, Marinalva Maria de Jesus, observou que não há previsão na LOA/2015 de investimentos nas questões indígenas. Ressaltou que há muitos jovens indígenas em risco social. Informou que encaminhou sete propostas para o PPAG. O presidente ressaltou que a redução de valores previstos em áreas como mobilidade urbana “não significa necessariamente a diminuição da qualidade dos serviços prestados”. Argumentou que a entrega de obras viárias em 2014, como os corredores exclusivos de ônibus, justificam a redução do aporte de recursos na área. Destacou a prioridade concedida às áreas de Saúde, Educação e Saneamento Básico na peça orçamentária de 2015, o que, segundo ele, vai impactar positivamente no dia a dia e na qualidade de vida da população. Qualificou a

A handwritten signature in black ink, appearing to be the name of the official mentioned in the text.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

audiência da LOA 2015 como uma boa oportunidade de debate acerca das projeções de arrecadação e investimentos para o próximo ano. De acordo com ele, “os questionamentos feitos à PBH foram satisfatoriamente respondidos pelos representantes do Executivo e, agora, há a expectativa de efetiva participação da sociedade na apresentação das sugestões populares às peças orçamentárias”. Informou que o prazo para encaminhamento de sugestões pela população vai do dia 30 de outubro até o dia 4 de novembro, da seguinte forma: 1) sugestões enviadas pelo portal desta Casa: de 7h30min do dia 30/10 até às 24 horas do dia 4/11/14, sem interrupção; 2) sugestões em papel: apresentar no protocolo da Diretoria do Processo Legislativo, durante o expediente da Casa, ou seja, de 7h30min às 19 horas. Segundo ele, a partir da próxima quinta-feira, os formulários eletrônicos para apresentação das sugestões estarão disponíveis no portal da CMBH. Informou que as próximas audiências são: 1) 30/10/14: discussão da revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental na parte relativa às Políticas Sociais; 2) 3/11/14: discussão da revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental na parte relativa às Políticas Urbanas. Nada mais havendo a ser tratado, o presidente declarou encerrados os trabalhos às 21h14min. Para constar, lavrou-se esta ata, que será assinada pelo presidente da reunião em que for comunicada sua aprovação, conforme previsão regimental, ou pelo presidente desta reunião.

Presidente:

<p style="text-align: center;">ATA APROVADA</p> <p style="text-align: center;">(art. 71- §§ 1º e 2º - Regimento Interno)</p> <p>distribuída em avulso, no dia <u>14/11/14</u>, não foi apresentada impugnação no prazo regimental.</p> <p style="text-align: right;">18.11.14</p>
--